Os Andes enfrentam momentos de inquietação. Pelo menos três países estão passando por uma fase delicada. A dissolução do Congresso do Peru , os fortes protestos desencadeados pelo aumento do preço da gasolina no Equador , que na quinta-feira passada declarou estado de exceção, e as iminentes eleições presidenciais na Bolívia atraem o foco para uma região acostumada às crises políticas.

Os motivos das turbulências, e sua intensidade, são diferentes. No entanto, o coquetel de corrupção, insatisfação social e polarização exacerbada entre Governos e oposição multiplicam a tensão de Quito a La Paz. O último pavio foi aceso no Equador. A eliminação de um subsídio ao preço do combustível provocou manifestações que levaram o presidente Lenín Moreno a decretar estado de exceção.

A medida, embora drástica, tem um caráter preventivo para facilitar as detenções nos episódios de violência .
Mas a greve nacional no setor de transporte é mais um reflexo do clima político geral e se enquadra, em última análise, no conflito entre o atual presidente e seu antecessor, Rafael Correa. Foi Correa quem impulsionou Moreno. No entanto, depois de ganhar as eleições de 2017, o atual presidente rompeu com o antecessor e começou a desenvolver seu próprio projeto. O ex-governante, cercado por várias investigações judiciais, vive em Bruxelas, considera-se um perseguido e não esconde sua intenção de enfraquecer o Governo.

A história recente da América Latina ampliou o uso dos termos “golpe” e “golpista”. Na linguagem pública, tornaram-se uma acusação relativamente comum, apesar da situação de excepcionalidade e gravidade que descrevem e de sua carga simbólica. Moreno recorreu a essa palavra noite da quinta-feira, com uma advertência. “O Equador está dizendo não a esses golpistas”, enfatizou, referindo-se aos organizadores dos protestos. No vizinho Peru, a direita e o fujimorismo utilizaram a mesma fórmula, a expressão “golpe de Estado”, para condenar o fechamento do Congresso , decretado na segunda-feira pelo presidente Martín Vizcarra .

Na verdade, Vizcarra aplicou um artigo da Constituição para pôr fim a uma situação de bloqueio e frear uma manobra voltada para o controle do Tribunal Constitucional, e em seguida convocou eleições legislativas, que serão realizadas no final de janeiro. No entanto, a maioria do Parlamento, dominado pela Força Popular, o partido de Keiko Fujimori, e por seus aliados, tomou uma decisão que disparou todos os alarmes: destituiu – embora de maneira simbólica – o chefe de Estado e nomeou como presidenta em exercício a número dois do Executivo, Mercedes Aráoz. Esta acabou renunciando ao entender que não havia condições legais mínimas para concretizar essa manobra. Seu recuo acalmou as águas, embora não tenha resolvido o problema de fundo. A sociedade peruana assiste há anos a um rosário de casos de corrupção, relacionados principalmente às propinas da construtora brasileira Odebrecht, que afetam a classe política, nos quais estão envolvidos todos os ex-presidentes vivos e a líder da

oposição.

Eleições na Bolívia

O duro conflito entre Governo e oposição também sacode, há mais de uma década, a Bolívia. No dia 20, o país vai decidir se confia em Evo Morales para um quarto mandato. Morales é o último representante daquilo que foi uma espécie de eixo bolivariano na região, embora sua gestão econômica e a maior estabilidade institucional o coloquem muito distante, quase como antípoda, da deriva que o regime de Nicolás Maduro acelerou na Venezuela. Isso não significa que não sejam eleições complicadas. O presidente boliviano concorre apesar de ter perdido um referendo sobre a reeleição ilimitada
e após ter sido habilitado pelo Tribunal Eleitoral. E o Governo sabe que se não ganhar no primeiro turno – precisa obter mais de 50% dos votos ou alcançar 40% e ter uma vantagem de dez pontos sobre o segundo colocado –, o cenário se complicará no segundo.

Às tensões desses três países se somam as vividas há meses na Colômbia. Neste caso, o clima político é determinado em boa medida pela aplicação dos acordos de paz com as FARC. Há um mês, um grupo de dissidentes da extinta guerrilha, encabeçado por Iván Márquez e Jesús Santrich, decidiu romper o acordo com o Governo de Juan Manuel Santos e retomar as armas. Apesar de ser um grupo muito pequeno e sem capacidade militar, essa decisão teve um grande alcance simbólico que acabou exacerbando as hostilidades entre o Governo de Iván Duque, o uribismo mais radical que rejeita o que foi pactuado em Havana e a oposição. Além disso, a possibilidade de que esses dissidentes possam contar com o apoio da Venezuela, como denunciam as autoridades colombianas, multiplicou as tensões entre Bogotá e Caracas, levando-as até o fantasma de um improvável cenário bélico.

EL PAIS; ESPANHA